

Governo deixa pouco para o social

Orçamento garante norte-sul mas afeta merenda, saúde e segurança

ARQUIVO

ARQUIVO

SORAYA DE ALENCAR
da Editoria de Economia

No decorrer desta semana, a Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), vinculada à Secretaria do Planejamento da Presidência da República, divulgará os orçamentos dos ministérios, elaborados a partir dos tetos fixados pela Seplan para cada pasta e do detalhamento feito pelos ministérios, considerando as suas prioridades. No aspecto global, esses orçamentos vão apresentar distorções graves como a destinação de Cz\$ 32 bilhões para a construção da ferrovia Norte-Sul, enquanto o programa da merenda escolar, que necessita de uma suplementação de Cz\$ 45 bilhões, recebeu apenas Cz\$ 17 bilhões.

No Ministério da Educação, que tem um dos maiores orçamentos do Governo e esse ano terá recursos da ordem de Cz\$ 403 bilhões, os gastos de custeio e capital foram reajustados em apenas 71,6 por cento em relação ao orçamento original e o total de verbas para essa rubrica é de Cz\$ 66,1 bilhões, que serão suficientes apenas para a manutenção da atual estrutura do MEC, ou seja, não permitirão qualquer tipo de expansão do número de escolas ou das atividades do Ministério.

No Ministério da Saúde, a situação não é muito diferente da do MEC. O orçamento da pasta é de Cz\$ 144 bilhões depois de um corte de Cz\$ 34 bilhões, aproximadamente 24,07 por cento. Segundo o ministro Borges da Silveira, "o que foi feito foi feito e o que não foi não dá para fazer mais". Por isso, ele diz que está obrigado a reduzir o número de viagens e o tamanho das comitivas, para conter gastos. Além disso, Silveira enfatiza que vai restringir o programa de zoonoses. O ministro afirma ainda estar tentando recursos para a Central de Medicamentos (Ceme) e para o Programa de Insuficiência Imunobiológica. O pleito do Ministério para a Ceme era de Cz\$ 34 bilhões, mas o total liberado foi de Cz\$ 13 bilhões apenas. O aspecto grave em relação ao Ministério da Saúde é o de que, apesar da suplementação, a pasta não tem condições de atender às farmácias da rede básica de saúde.

Já o Ministério da Marinha, com uma dotação orçamentária de Cz\$ 81 bilhões, reduzirá nos gastos na compra de novos navios, que reforçariam a segurança da costa brasileira, para destinar verbas para a compra de submarinos IKL — 200/1400 e para o Centro de Processamento de Urânio de Iperó, em São Paulo, que tem como finalidade a construção de reator para a propulsão de submarinos nucleares. Outros aspectos que não foram considerados prioritários pelo Ministério da Marinha foram: o aumento dos efetivos dos fuzileiros navais, que já estava previsto, e a alimentação.

O Departamento de Polícia Federal deverá ser o mais prejudicado dentre

os órgãos vinculados ao Ministério da Justiça, que sofreu um corte de 11,95 por cento em seu orçamento, apesar dos fortes protestos do ministro Paulo Brossard que ameaçou "não cortar um centavo" por já estar vivendo numa "pobreza franciscana". Com os cortes, o Departamento Penitenciário Nacional estará impedido de cumprir o cronograma da construção de novos presídios em todo o País, já que hoje as prisões acolhem um número de presos superior ao dobro de sua capacidade. O programa prioritário do Ministério para a área de trânsito, que previa o desenvolvimento de projetos de educação e segurança, também está - suspenso.

No Ministério da Reforma Agrária, o que preocupa os técnicos é a burocracia do Governo, que atrasa a liberação dos recursos financeiros. Um assessor do ministro Jader Barbalho diz que a meta de assentar 158 mil famílias esse ano ficará comprometida, se a Secretaria do Tesouro Nacional não liberar esses recursos nos próximos quinze dias, o que é muito improvável. Ele antecipa que a demora dos recursos poderá levar à perda do ano agrícola, o que dá ao Governo a obrigação de conceder o crédito alimentação aos sem-terra, o que acarretará mais despesa para os cofres da União.

A Secretaria de Administração da Presidência da República não se incomodou com as restrições de recursos, e um assessor do ministro Aluizio Alves diz que "esse clima tranquilo" está ocorrendo agora porque a pasta vem fazendo uma planejamento interno desde o ano passado.

No Ministério do Interior, que estava entre os órgãos do Governo sem condições de pagar pessoal esse mês, a suplementação vai beneficiar principalmente o PAPP (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural) que terá recursos de Cz\$ 40 bilhões. Já o Padre Cícero, que é a grande vedete do Governo José Sarney, teve crédito suplementar em maio e continua com os mesmos recursos, no total de Cz\$ 24,7 bilhões. Apesar de ter sido lançado em janeiro, o Padre Cícero não deslançou até agora, e segundo um técnico do Minter, o atraso está ocorrendo porque, embora o programa já tenha os recursos assegurados, até agora não foi liberada nenhuma verba.

Na área de atuação do Ministério dos Transportes, os recursos ficaram divididos da seguinte forma: Cz\$ 138,6 bilhões para o DNER, Cz\$ 9 bilhões para a RFFSA, Cz\$ 10,8 bilhões para a Portobrás, Cz\$ 13,9 bilhões para a CBTU e Cz\$ 31,6 bilhões para a ferrovia Norte-Sul. Os recursos são considerados insuficientes e a decisão do Ministério foi a de não iniciar novos projetos, pois com a atual dotação já serão reduzidas as obras de pavimentação de estradas, o melhoramento dos transportes urbanos e ainda a construção de hidrovias e vias internas na área da Portobrás.